

ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE: Um desafio de formação humana e profissional

NETO, José De Souza¹
SOUZA, Fabiana Leite²
CUNHA, Marion Machado³

Resumo - Este trabalho trata das condições materiais vivenciadas, pelos acadêmicos com deficiência visual na Universidade do Estado De Mato Grosso, do Campus de Sinop-MT. Além de abordar nesse dialogo epistemológico o duplo desafio de formação profissional e humana, tanto desses acadêmicos, como dos seus colegas e dos próprios professores que os educam. A incursão desses acadêmicos na instituição, a partir do ano de 2010, em uma maior expressão numérica, significou um marco e um divisor de águas na UNEMAT de Sinop. Este trabalho tem como objetivo debater sobre o caráter dialético e material da inserção, e, mais do que isso, da apropriação que os acadêmicos com deficiência visual, fazem da Universidade. A pesquisa realizada tem abordagem qualitativa e ancora-se nos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético. Pensar a condição do deficiente visual na Universidade, não se limita a questão do acesso ao Ensino Superior, mas primordialmente as condições de permanência de igualdade, para os desiguais, videntes e não videntes. A formação humana e profissional dos acadêmicos com deficiência visual necessita elencar nesse processo as condições estruturais, pedagógicas, institucionais e humanas. É necessário compreender o estigma de “ineficiência” do deficiente, dentro de nossa sociedade capitalista, a partir da própria dinâmica socioeconômica produzida pelo sistema do capital.

Palavras-chave: Universidade. Formação profissional. Deficiência visual. Práxis.

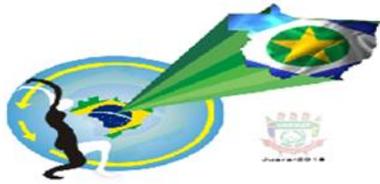
INTRODUÇÃO

Desde tempos imemoriais se vem repetindo hipocritamente: os homens são iguais. Mas desde há longo tempo que a desigualdade mais vil e mais monstruosa pesa insolentemente sobre o gênero humano.
Gracchus Babeuf, *Manifesto dos iguais*.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Nove De Julho. Professor de sociologia na Universidade Do Estado De Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: jsneeton@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Sinop-MT. Acadêmica do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); E-mail: luarapietra@gmail.com

³ Diretor financeiro, político e pedagógico da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) campus de Sinop. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). Diretor político, pedagógico e financeiro da UNEMAT, *campus* de Sinop-MT. Coordenador de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/MEC); E-mail: marioncunha@hotmail.com



Os diálogos em boa medida promovidos em diversos âmbitos sociais, acerca da educação inclusiva tem como matéria de debate o acesso, ou de como promover e fomentar o acesso da pessoa com deficiência nos diferentes espaços e níveis do sistema educacional brasileiro. Contudo a educação é um bem social, e a mesma ocorre de diversas formas.

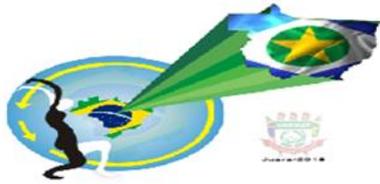
A educação como nos diz Pinto (1982) é o processo pelo qual a sociedade forma os seus membros.

Dentro da dinâmica de nossa sociedade capitalista, a visão unilateral da educação que prevalece é o da educação formal, ou seja, a construção do conhecimento e a formação dos sujeitos por meio das Instituições educacionais. E a pessoa com deficiência nesse preâmbulo de Instituições, também, como boa parte dos demais trabalhadores, não tem a oportunidade, de construir saberes que lhe forneça as ferramentas filosóficas necessárias, para pensar sobre a sua condição no mundo, enquanto sujeito histórico, que age a partir da e na história.

Essa precarização das condições de obtenção do conhecimento, não é privilégio das pessoas com deficiência, dos negros, das mulheres, daqueles que são considerados as minorias em geral, mas sim é um resíduo material e histórico, do capital, de como este age poderosamente e furtivamente dentro das Instituições educacionais, em todos os seus níveis, ou seja, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Não há como abarcar neste artigo uma discussão aprofundada sobre a condição material vivenciada por todas as pessoas com deficiência, que estejam no Ensino Superior. Sendo assim parte-se de um contexto geral relacionado a educação dentro da nossa sociedade capitalista, e elenca-se como cerne desta discussão a pessoa com deficiência visual no Ensino Superior. E nesse contexto que este trabalho volta-se para dialogar epistemologicamente e problematizar sobre quais as condições materiais que os acadêmicos com deficiência visual tem ao decorrer do seu processo educacional na Universidade, e quais as contradições geradas.

Não dá mais para se analisar a condição da pessoa com deficiência na nossa sociedade, elencando apenas a questão de se ter ou não direito, mas a partir da igualdade de condições entre os diferentes. Como discorreu Frigotto (1984) “a desigualdade real, elemento fundamental que define a sociedade de classes, transfigura-se numa igualdade o direito positivo não pode ser o critério pelo qual devemos pensar os sujeitos sociais, mas sim de acordo com as suas reais condições materiais de vida”.



Segundo Triviños (2006) o materialismo histórico desmitifica a concepção hegeliana, de que é a ideia a definidora da realidade, de que esta é o agente propulsor da transformação histórica. Pelo contrario o materialismo histórico trata as ideias como frutos do desenvolvimento material dos próprios sujeitos sociais, define a história como o processo de construção humano-social da natureza humana e da intervenção e transformação da própria natureza, de acordo com os interesses, objetivos e necessidades dos homens.

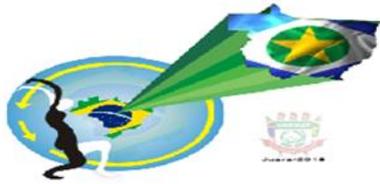
A pesquisa tem cunho qualitativo e está ancorada nos pressupostos teóricos do materialismo dialético.

O método consiste em elevar-se o pensamento do abstrato para o concreto, e é a maneira que tem o pensamento para apropriar-se do concreto. O autor Kosik (1969) diz que o indivíduo e a sociedade são tomados como uma só realidade, que se movimenta e se transformam através das relações que a sua historicidade determina.

É na luta pela sobrevivência que o homem intercambia com a natureza, na mesma medida em que vivencia e produz a materialidade da vida e as relações de produção. A partir dessas relações de produção dos homens, que se define o sujeito social, a sociedade, o trabalho, a religião, os valores morais, o pensamento social as leis que regem a estrutura interna da própria realidade concreta.

No materialismo histórico a superestrutura social é fruto do desenvolvimento das relações vivenciadas e elaboradas pelos sujeitos. Nesse processo dinâmico e dialético de produção da vida, ele é permeado pelo antagonismo da luta de classes na nossa sociedade capitalista. Luta esta que não surgiu do nada, e nem que é uma entidade alheia aos homens, mais sim fruto do trabalho humano, resultado das relações de produção dos próprios sujeitos que surgiu em um determinado tempo histórico, sobre determinadas condições sociais, culturais, políticas e econômicas. O processo da própria história, que também é material, revela ao analisarmos como os homens produzem, de que forma produzem e o que produzem.

Para tentar abstrair o objeto investigado em sua essência, fez-se um *détour* como escreveu Kosik (1969), ou seja, “o homem não tem a faculdade de ver as coisas diretamente na sua essência, a humanidade faz um *détour* para conhecer as coisas e a sua estrutura”. Complementa sabiamente o autor afirmando que a obviedade das coisas apenas cria uma falsa interpretação da estrutura da própria coisa, que afim do *détour*, vai dizer o que de fato ela é em sua essência.



O campo empírico de coleta de dados foi a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Sinop-MT. Os sujeitos que participaram dessa pesquisa foram acadêmicos com deficiência visual e professores. O instrumento metodológico utilizado foi um roteiro semiestruturado como perguntas chaves, que foram usados para as entrevistas.

A discussão elaborada com os pressupostos teóricos, com base nos dados coletados visa dissertar sobre a inserção do acadêmico com deficiência visual na universidade e a correlação que isso tem com as relações capitalistas, na perspectiva de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho, os desafios do que estes acadêmicos tem em relação a estrutura física e pedagógica da Instituição, e compreender como é feita a abordagem metodológica por parte dos professores, para atender as suas necessidades específicas de aprendizagem. E por fim discorrer sobre o caráter ideológico da práxis materializada por esses professores em sala de aula.

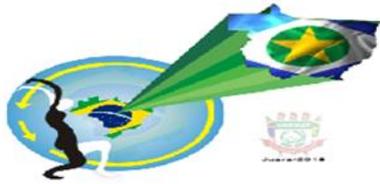
O DEFICIENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA: E os grilhões do mercado de trabalho

O capital desde sua gênese só pode reproduzir-se violentando e explorando o trabalhador.

Marion Machado Cunha

A sociedade capitalista é dividida em duas grandes classes sociais, a burguesia e os trabalhadores. E mesmo quando falamos hoje em recorte de classe, como negros, mulheres, homens, crianças, pessoas com deficiência, idosos como se fossem classes distintas, eles não o são, todos fazem parte ou da classe trabalhadora ou da burguesia. O ser social é fruto de um processo histórico e social, toda a realidade concreta e resultado do trabalho do homem. Os autores Marx e Engels dissertam que diferença existente entre o homem e os animais, é sua capacidade de produzir os seus próprios meios de existência. “Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 2001).

É por meio da ação efetiva do homem que ele vai transformando a natureza, e construindo a sua natureza, faz parte da dimensão onto-criadora do ser social, produzir através, das condições materiais de vida, a história. Essa premissa só deturba pelo capitalismo que, ao produzir as relações de exploração de um homem sobre o outro, nesse mesmo processo produz o estranhamento do homem dominando, em relação aos produtos do seu



próprio trabalho, que não se reduzem a mercadorias, mas sim a tudo aquilo que ele constrói socialmente com valor de uso.

Com a implantação do sistema do capital, a esfera econômica começou a ser o princípio organizador da sociedade capitalista, dividindo-a em os detentores dos meios de produção (os capitalistas) e os vendedores da sua força de trabalho (os trabalhadores). As leis fundamentais que alicerçam a estrutura social capitalista, é a exploração de uma classe sobre a outra, e a acumulação do capital. Como discorre Wood (2001, p.12) sobre o conceito de capitalismo, nos quis que ele é “um sistema em que os bens e serviços são produzidos para obtenção do lucro e para fins de troca. Tendo por regras centrais a competição e o acúmulo de capital”. Nesse sistema o trabalho que era realizado coletivamente, para suprir as necessidades da comunidade primitiva, e se vigora como um princípio educativo, passa a ser materializado como meio de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

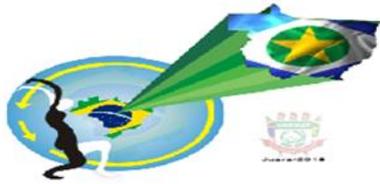
Os trabalhadores por não possuírem os seus instrumentos de trabalho e muito menos a terra para cultivar, no início do capitalismo, viam-se obrigados a vender a sua força de trabalho para o capitalista. Para Ellen Wood (2001) o trabalhador no capitalismo ao não ser expropriado de todos os bens materiais, a não ser do seu corpo, portanto da sua força de trabalho, ao mesmo tempo que torna-se o proprietário dela, se vê obrigado a vendê-la em troca de um salário, com o objetivo de assim possuir os bens sociais.

Ellen Wood ainda diz que “O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital” (WOOD, 2001, p. 12).

No início do surgimento das fábricas, os trabalhadores tinham uma carga horária de trabalho, correspondente a dezoito horas diárias, trabalhavam sem equipamentos, nas piores condições possíveis. Muitos trabalhadores por saberem manusearem as máquinas, acabam sofrendo acidentes de trabalho, que lhes decepavam membros do seu corpo, o que limitava ou impedia-os de voltar a trabalhar. O trabalhador foi tratado e é ainda o é, como classe pelo capital, menos pelos seus próprios pares (MARX e ENGELS, 1998).

Mas os trabalhadores aprenderam a se articularem, por meios de instituições que os representem, porém ainda está em construção a sua unidade enquanto classe, o seu próprio programa político-ideológico, cultural e econômico.

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência. No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica,



finalmente, operários de um mesmo ramo da indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. [...] Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (MARX e ENGELS, 1998, p. 47).

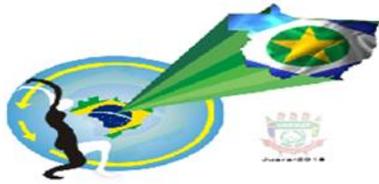
Diz-nos Marx (1989) em *O Capital* que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho.” E que o comprador da força de trabalho, só a extrai a medida que o vendedor dela, trabalhe, ou seja o trabalhador transforma a sua potencia de trabalho, contida em seu corpo, em uma ação concreta. O homem antes de realizar o trabalho, apenas é sabedor de que pode o fazê-lo, mais o mesmo se torna trabalhador quando age para realização do trabalho, que inicialmente era apenas potencia em si. “Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo” (MARX, 1989).

Sendo assim, o trabalhador só vale para o sistema do capital, à medida que possa disponibilizar toda a sua potencia de trabalho ao transformá-la em trabalho, por meio da venda do seu tempo de trabalho.

O autor Konder, ao abordar o assunto sobre o trabalho, complementa este diálogo dizendo assim “por isso, em lugar de realizar-se no seu trabalho, o ser humano se aliena nele; em lugar de reconhecer-se em suas próprias criações, o ser humano se sente ameaçado por elas; em lugar de libertar-se, acaba enrolado em novas opressões” (KONDER, 1981). Neste caso a pessoa com deficiência no sistema do capital, já entra no mercado de trabalho sendo tratada como ineficiente para realizar alguns trabalhos, pois tem sua potencia de trabalho limitada, devido a sua condição de deficiência sensorial, motora ou mental.

Dentro da lógica do próprio capital o deficiente é considerado um mercadoria com defeito, que pode ser utilizada para se extrair força de trabalho, mas a qual deva ser negociado a um valor, mas em conta do que um outro trabalhador que mantenha íntegro todo o seu potencial de trabalho, contido em seus membros corporais. Como nos diz Frigotto (1984) o capitalista ele compra a força de trabalho, pensando no excedente de trabalho que ele pode extrair do trabalhador.

“A *acumulação do capital*, condição do surgimento e da expansão capitalista, deriva dos métodos de expropriação da mais-valia. Ao comprar “força de trabalho”, o capitalista não compra apenas o trabalho necessário à reprodução



desta força de trabalho. Pelo contrário, o interesse do comprador de força de trabalho é o trabalho excedente, o sobre-trabalho” (FRIGOTTO, 1984).

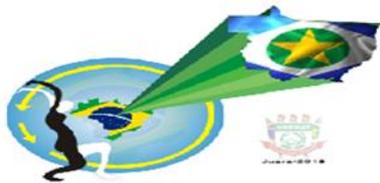
E nesse sentido o trabalhador com deficiência, tem seu potencial de trabalho limitado, o que se traduz e menor excedente de trabalho que ele possa produzir. Pois é por meio de métodos, criados pelo capital para extrair *mais valia*⁴, que permitirá ao próprio capital, produzir sua acumulação em larga escala e reproduzir-se na mesma medida. Portanto a mão-de-obra, ou melhor, dizendo, o contingente de trabalhadores com algum tipo de deficiência, não proporciona ao sistema do capital a mesma proporção de excedente de trabalho, do que os demais contingentes de trabalhadores.

Mesmo nessa dinâmica, quando o trabalhador com deficiência integra o mercado de trabalho, ele vivencia a estrutura imposta pelo mercado. Portanto independente de sua condição física ou intelectual, o mercado exige que o trabalhador siga as suas regras, ou seja, ele precisa dominar conhecimentos básicos, construir determinadas habilidades técnicas. Na corrida por um emprego, aparece a lei da concorrência, que se instaura ente as pessoas com e sem algum tipo de deficiência.

O que interessa em suma para o capitalista é quem pode produzir mais excedente de trabalho. Assevera-se nessa dinâmica também a divisão social do trabalho, pois o deficiente com alguma qualificação profissional ainda é incorporado pelo mercado de trabalho, ou se não, é colocado no remanejamento da reserva de trabalho de baixa produtividade, ocupando aqueles postos de trabalhos que são reservados pela Lei 8.213 de 24 de julho 1991, a qual obriga as empresas que tem acima de cem funcionários, contratem trabalhadores com algum tipo de deficiência.

É, até se você for analisar hoje as empresas, basicamente, contratam a pessoa com necessidade porque a lei manda. Porque, na verdade, se você ver já tem um certo preconceito com as pessoas, elas contratam porque elas são obrigadas a cumprir aquela cota, se não cumprir são multadas. Eu mesmo, se eu tivesse uma empresa independente, se o cara tiver capacidade está dentro, não é por ser diferente, se o cara tem capacidade, não é diferente de ninguém (ENTREVISTADO AUGUSTO DOS ANJOS).

⁴ Mais-valia é o nome dado por Karl Marx à diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base do lucro no sistema capitalista.



Ainda há aqueles trabalhadores que possuem algum tipo de deficiência, mas que não estão no mercado de trabalho, e são considerados mão-de-obra morta para o sistema do capital, e estes em boa medida recebem benefício do governo, como uma forma de filantropia do próprio capital, já que o Estado está a serviço do capitalismo.

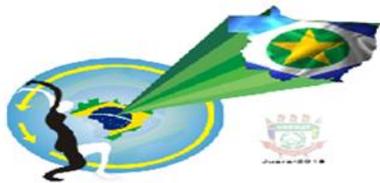
O trabalhador com alguma deficiência dentro da sociedade capitalista é tratado de uma forma, tem suas condições materiais de vida, preconizadas, como todos os demais trabalhadores. Isso significa que poderá ter problemas desde a constituição do núcleo familiar, a falta de acesso a bens sociais, tais como: moradia, saneamento básico, alimentação, saúde, educação entre outros.

Já o burguês com algum tipo de deficiência, não enfrenta estes percalços, terá acesso a todos os equipamentos necessários, aos tratamentos de saúde, caso seja preciso, e as melhores escolas e Universidades.

O Estado burguês, ao representar a unidade (vale dizer, proceder à unificação formal ou aparente) dos membros das classes sociais antagônicas no povo-nação, desempenha a função de neutralizar a tendência à formação de comitês de fábrica, de sindicatos operários e de partidos revolucionários; isto é, de atomizar os produtores diretos, conservando-os num estado de massa (individualismo, concorrência no mercado de trabalho) e impedindo a sua constituição em *classe social* (na fábrica, num ramo da indústria etc.) [grifos no original] (SAES, 1985).

Com a organização da sociedade capitalista, pautada no direito positivo, em que se vigore a premissa, da igualdade para seus iguais, ou seja, igualdade para os correspondentes a sua classe social, e não enquanto recorte de classe. Para fomentar os meios de produção, os quais influenciam na composição orgânica do capital, os capitalistas, tem dois caminhos, realizar investimentos na maquinaria ou na mão-de-obra. E geralmente eles optam pelo maquinário de suas empresas, enquanto a demais estrutura do capitalismo, contribui para a formação de reserva de mão-de-obra. Um indicativo desse processo a produtividade improdutiva da escola, como escreveu Gaudêncio Frigotto (1984), sendo assim a escola é uma mediadora entre a educação e os meios de produção capitalistas existentes.

Frigotto (1984) discorre que a escola tem sido a Instituição utilizada pelo capital, para formar a grande massa de trabalhadores, que ocupem os postos de trabalho, ligados ao trabalho manual (no qual se use a força física, ou conhecimentos básicos e técnicos para desempenhar uma determinada função).



E esta constituição orgânica do capital, tem dois elementos fundamentais, o valor e a técnica.

É justamente no âmbito das instituições educacionais que as desigualdades ganham uma dinâmica peculiar, entre as pessoas com deficiência e sem deficiência, pois já há uma precarização explícita promovida nas escolas destinadas aos trabalhadores e aos seus filhos, porém quando este trabalhador tem alguma deficiência sensorial, motora ou mental, esta precariedade em termos de construção de conhecimento, fica praticamente inviável, salvo um ou outro caso, que consegue passar pelas brechas do capital.

O currículo da escola já trata o processo educacional, como uma esteira de fábrica, com horários e conteúdos fixos. Em que materializa-se no âmbito escolar o aprender a aprender, construir competências e habilidades que sejam trocadas no futuro, dentro do mercado de trabalho por salário.

As relações de produção capitalista, influenciam as relações sociais, a estrutura dos meios de produção não se reduz a estrutura física do ambiente de trabalho, mas também a composição das próprias relações de trabalho.

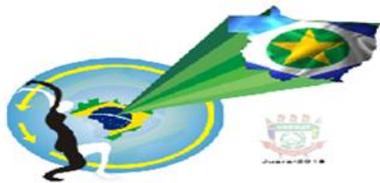
E dentro das escolas os métodos ou concepções pedagógicas que são implementados para dar resultados, são os que em sua maioria servem ao sistema do capital e a sua reprodução.

O método pedagógico é função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem (PINTO, 1982, p. 45).

Ainda segundo Pinto (1969) a educação em seu sentido restrito serve para formar, e preparar diferentes “tipos de indivíduos para executar as tarefas específicas da vida comunitária (daí a divisão da instrução em graus, em carreiras, etc.)” (PINTO, 1969).

Por isso a educação, ou a transformação da sua estrutura dentro da nossa sociedade capitalista não pode estar subordinada a práticas corretivas e interesseiras do capital. Um dos conteúdos ideológicos capitalista que permeia as relações educacionais, é o fatalismo, o conformismo com esta situação de precarização de todos, em que as minorias, não se reconhecem como integrantes da maioria, que é a classe trabalhadora.

As práticas educativas desenvolvidas dentro das escolas influenciam as práticas sociais dos sujeitos em formação. Não há como discorrer sobre uma educação permanente e



progressiva, enquanto alternativa radical, e contrária a concepção atual de educação castradora e reprodutivista formal, sem pontuar sobre a construção da práxis.

Para Marx a práxis é a atividade real do homem, que age sobre o meio social, a natureza, para transformá-la, uma ação concreta, para materializar o objetivo elencado por ele. Nesse sentido, o homem é primordialmente um ser social. E a medida que o homens produzem a sua vida material, eles reproduzem a vida social.

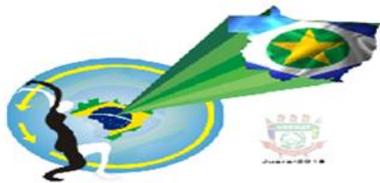
[...] Em outras palavras, a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da ‘manutenção e/ou mudança’ [...] de uma dada concepção do mundo que, por conseguinte, atrasará ou apressará a chegada de uma mudança social significativa. (MÉSZAROS, 2005, p. 50).

A práxis assim é um dos elementos primordiais, para entendermos como produzimos a vida em sociedade, de que forma a produzimos e principalmente como podemos transformá-la.

A PRODUÇÃO MATERIAL E AS CONTRADIÇÕES GERADAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DIALÉTICA DE ACADEMICOS COM DEFICIENCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE

Neste tópico busca-se explicitar o diálogo epistemológico construído acerca da análise feita com os dados obtidos na pesquisa empírica. E a tarefa crítica e reflexiva, contida nas páginas que se seguem, revelam a abstração realizada na fruição de um esforço teórico-prático, para abstrair e apreender a realidade concreta produzida por meio da práxis dos sujeitos construtores desta dada realidade.

Além de tentar compreender a educação como escreveu Mézáros (2005) “Para além do capital”. Este autor discute uma educação permanente, que ocorre de acordo com o tempo da vida, sob a lógica da humanização, na qual a pauta seja a formação de sujeitos com autonomia, que compreendam o processo histórico e qual é o seu lugar na história, enquanto sujeito de uma práxis revolucionária.



Mészáros faz duras críticas ao sistema de políticas educacionais, que tem somente cunho reformista, ou seja, muda-se a forma que ocorre a educação formal entre os muros da escola, sem ter que mudar a sua essência enquanto serviçal do capital.

A prática educativa que se efetiva na escola é alvo de uma disputa de interesses antagônicos. Sua especificidade política consiste, exatamente, na articulação do saber produzido, elaborado, sistematizado e historicamente acumulado, com os interesses de classe. (FRIGOTTO, 2001).

Promover o esforço de pensar rompendo com a visão limitada do imediatismo, produzido pela obviedade da pseudoconcreticidade⁵, é colocar-se no mundo como construtor de conhecimento, já que este é um dos métodos de apropriação da realidade.

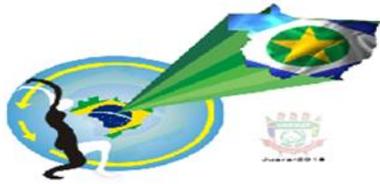
A população brasileira tem aumentado ao passar dos anos, assim como o número de pessoas com algum tipo de deficiência. Um dos principais fatores causadores de deficiência, são os acidentes de trânsito e em segundo lugar as questões genéticas ou hereditárias.

Segundo Oliveira, de cento e noventa e seis milhões de brasileiro, pelo menos 23,9% da população tem algum tipo de deficiência, sendo que a deficiência visual é que mais aparece nos dados coletados. Ela representa 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (OLIVEIRA, 2012). As pessoas que têm a deficiência visual total ou a visão subnormal corresponde a quase 60% da população brasileira que tem alguma deficiência.

O censo revela que o contingente de pessoas com alguma deficiência no Brasil é de 45,6 milhões, tendo comprometimento em pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, física, auditiva e intelectual), que em termos percentuais representa 23,9% do total da população do país (INEP/MEC, 2013).

As discussões direcionadas a este grupo social, sempre estiveram atreladas a palavra “inclusão”, devido ao *apartheid* social oculto que foi produzido ao longo da história, com

⁵ Pseudoconcreticidade é a forma imediata das coisas que penetra na consciência dos indivíduos, isto é, resgatando do autor é “o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural” (KOSIK, 1976).

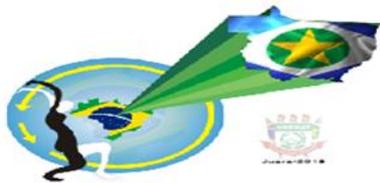


esses sujeitos. Mas esta inclusão traduziu-se em diversos momentos da história, como a questão de acesso e não como as condições de igualdade entre os diferentes. Existe um contingente de leis que propiciam direitos as pessoas com deficiência, como por exemplo, a Lei 10.098/00, que diz respeito a pessoa com deficiência ter prioridade na fila. Já a Lei 7.853/89 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O Decreto 3.298/99 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. E regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Lei 10.845/04 Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e a Lei 11.126/05 refere-se sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Há também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Como pode-se notar a questão de ter leis que orientam e definem direitos para as pessoas com deficiência, não falta, contudo ao analisar a situação real dessa camada da população brasileira, pode-se apreender por meio de dados relacionados a saúde, a educação, o emprego, a moradia que eles, em sua maioria, têm condições de vida precarizadas.

Contudo apesar de dissertar-se sobre estes dados, o cerne desta parte do trabalho, volta-se para dissertar sobre a condição e os desafios que o deficiente visual enfrenta na Universidade, para a partir deste contexto, expor a análise realizada sobre como se tem concretizado a educação para o deficiente visual na Universidade do Estado de Mato Campus de Sinop-MT.

E nesse sentido o relatório do censo sobre o Ensino Superior de 2013, nos diz que existem cerca de sete milhões de acadêmicos matriculados nas IES (Instituição de Ensino Superior), sendo que deste público dois milhões são de ingressantes e deste publico vinte e três mil e duzentos e cinquenta são de acadêmicos com alguma deficiência.



Muitos desses acadêmicos antes de entrar na Universidade, desconhecem em sua maioria, as leis que lhes garantem direitos, não somente de acesso, mas também de obtenção de materiais, de condições pedagógicas específicas as suas necessidades de aprendizagem, entre outras coisas.

A UNEMAT de Sinop foi o campo empírico da pesquisa, e a mesma fica localizada na Avenida dos Ingás, número 3001, Jardim Imperial, na cidade de Sinop, no estado de Mato Grosso (MT). Foram feitas entrevistas com cinco acadêmicos com deficiência visual e um professor da Instituição.

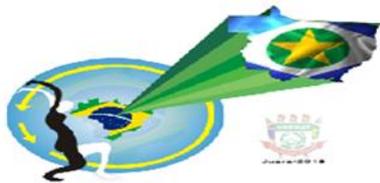
A pessoa com deficiência tem direito de requerer no momento em que realiza a sua inscrição para o vestibular, um interprete, um leitor ou materiais de recurso tecnológico, ou mesmo prova em braile, ampliada caso opte por esses materiais.

Contudo ainda com essas condições que repercutem mais na questão do acesso a Universidade, o número de acadêmicos com deficiência ingressantes no Ensino Superior é quase irrisório quando comparado ao número de pessoas com algum tipo de deficiência em nosso país, que chega a quarenta e cinco milhões e meio de pessoas, segundo dados do IBGE (OLIVEIRA, 2012).

As pessoas com deficiência que conseguem passar pelos demais níveis do sistema educacional brasileiro, já se torna um feito, mediante a falta de estrutura muitas vezes pedagógica, física e até humana em alguns casos.

O pensamento daqueles que chegam a uma Universidade é de que tudo será diferente, que nesse espaço ele terá melhor condições de acesso e permanência na Instituição. E de acordo com o relato dos cinco acadêmicos com deficiência visual, que receberam os nomes fictícios de Tarsila, Drummond, Cecilia, Neruda, Augusto dos anjos e Mário De Andrade, eles afirmaram que no momento em que entraram na Universidade já tiveram os primeiros conflitos, pois não havia no ano de 2010, a estrutura pedagógica ou física necessária para atender as suas necessidades específicas decorrentes da deficiência visual. Em relação à estrutura pedagógica esses acadêmicos apontam que muitos dos professores, ao entrarem em sala de aula, diziam desconhecer que na turma tinha um acadêmico com deficiência visual.

Isso desvela que as informações que estes acadêmicos declaram no momento da inscrição do vestibular, são apenas números para estatística e não para mudanças qualitativas na prática Institucional. Os professores iniciam semestres e terminam semestres, e durante



quase três anos de permanência e de decorrência da graduação desses acadêmicos, continuavam dizendo que desconheciam a situação referente a condição do deficiente visual em sua turma.

E acho que quando um professor novo entrar, a instituição vai ter que falar “oh, nós trabalhamos com dois deficientes na turma tal, que precisa de auxílio tal, que tem que ter material diferente, é o mesmo material, mas tem que ter letra maior ou mandar em PDF, disponibilizar o livro” (ENTREVISTADA CECÍLIA).

O fato de não ser avisado pela coordenação da faculdade correspondente ao curso, não se coloca como o fato mais agravante, o que mais inquietava os acadêmicos DV (Deficientes Visuais), era o fato destes não os procurarem para saber sobre suas dificuldades durante as aulas, ou mesmo por não disponibilizarem materiais acessíveis.

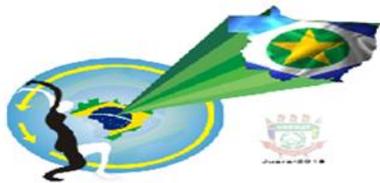
Como diz a acadêmica Tarsila sobre este assunto.

Falta material didático, falta uma sensibilização por parte do professor dessa questão do querer aprender. Nós sempre ouvimos que professor não tem preparo, não tem formação para isso e isso é um fato. Nós também, eu, pelo menos, não estou, até aqui se eu tivesse terminando a minha graduação agora, não teria nenhuma condição para trabalhar com alguém qualquer tipo de deficiência que seja. Mas tem uma questão entre você não ter formação e você não buscar uma formação (ENTREVISTADA TARSILA).

Nesta fala da acadêmica Tarsila coloca alguns pontos para reflexão, mas o principal é relacionado à formação, ou melhor, a busca que os seus professores resistem em fazer, para obter mais conhecimentos sobre metodologia e produção de materiais acessíveis.

Esse campo do querer ou não querer é apenas a forma, o que há implícito nesta situação é um cunho ideológico burguês, em que o processo formativo de cada um desses professores, pode demonstrar o porquê eles agem intencionalmente desta ou daquela forma para manter a reprodução do sistema do capital. “Os materiais específicos contribuem muito para o aprendizado, mas é essencial se ter educadores que mediem e construam com o universitário um olhar epistemológico sobre a sua realidade” (SOUZA, 2014).

Se a Universidade é um espaço da luta de classes, isso significa que agentes da classe trabalhadora e dominante, que vivificam as relações de poder, o direcionamento da construção do conhecimento, pois este é o meio que possibilita ao sujeito, conhecer e entender a história como processo. Que ele é como é, porque houve um processo sócio histórico, cultural e



econômico, do qual ele é o resultado. Portanto ter titulação nos mais alto níveis da academia, não significa ser construtor de conhecimento, ainda que se continue sendo reproduzidor da pseudoconcreticidade da realidade e acumulador de informações e saberes técnicos.

E isso fica evidente na práxis do sujeito professor, tendo este maior ou menor conhecimento do que produz por meio dela. Essa ação direta entre professor e acadêmico relatada por Tarsila nos coloca a problemática, que sujeitos estamos formando e como estamos formando nas Universidades.

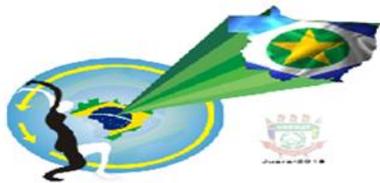
Tirando os acadêmicos com déficit intelectual, que tem maiores dificuldades na aprendizagem, os demais acadêmicos com deficiência não têm o seu cognitivo comprometido. Na verdade eles compartilham o mesmo saber fragmentado que a maioria dos acadêmicos, teve no ensino fundamental e médio (SOUZA, 2014).

E a precariedade das metodologias utilizadas não impacta apenas na vida dos acadêmicos DV, mas também na vida dos seus colegas, pois ainda que não tenham uma limitação imposta por uma deficiência motora, visual ou sensorial, eles também não tem sido trabalhados na perspectiva da apropriação de conhecimentos. E este ato de educar futuros e educadores, reflexivos e críticos, é tarefa histórico da classe trabalhadora, que ocupa o espaço da Universidade, isso faz parte do posicionamento político-ideológico do professor.

Eu encontrei bastante dificuldade. Porque os professores tinham dificuldade de disponibilizar esse atendimento. Tinha professor que até queria ajudar, mas não tinha condições no momento. E como é que ia fazer? Tiveram que correr atrás. Tive grandes... Tive problemas sim, de professores que se negaram a fazer leituras, por exemplo, teve um professor que uma colega ficou de fazer leitura, ler o texto para mim, e o professor não aceitou, disse que não. Aí a colega falou “Mas ele não enxerga!”, o professor respondeu “o que que eu posso fazer?”. Uma resposta, assim, bem fora de contexto, fora de rumo. Como é que respondeu desse jeito “o que que eu posso fazer?”. Uma resposta bem irônica, então ficou difícil, no início foi difícil. Foi chamado o coordenador e conversou com o professor (ENTREVISTADO NERUDA).

A acadêmica Tarsila ainda nos diz que ela como outros acadêmicos DV, que ela conhece vai improvisando para ter material, obter as informações que os professores passam no quadro, com a ajuda dos seus colegas, isso faz com que eles não demonstrem muito empenho em mudar essa situação.

Eu não vi nenhum interesse, pelo menos, dos professores com quem estive mais próxima. Eu não vi nenhum interesse por parte deles, até porque eles



viam, muitas vezes, quando se começa a se pensar em algo, em buscar uma didática diferente, uma metodologia diferente, eles veem que esses alunos estão se sobressaindo, aí eles se acomodam novamente. Então, se o aluno conseguiu por conta própria aprender, conseguiu buscar os próprios materiais que ele precisava, então eu não tenho nenhuma necessidade de buscar esses recursos (ENTREVISTADA TARSILA).

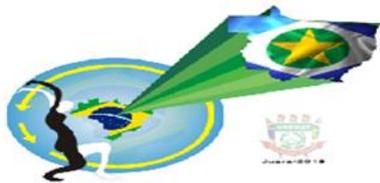
Faz parte desse processo que a Instituição forneça os materiais, um ledor ou demais recursos tecnológicos a esses acadêmicos, para que tenham as condições básicas de acompanhamento das aulas. Mas também há coisas que só podem ser feitas pelo professor, e isso se refere à sua didática. Como por exemplo, fazer aulas expositivas, narrando se escreve ou não no quadro, o que contém em seus slides, escolher filmes dublados ou em português, explicar o conteúdo ao acadêmico DV de forma a orientá-lo sobre o tema central do debate daquela aula específica. O método de avaliação também pode ser de forma oral ou com prova que tenha a letra ampliada, ou ainda de acordo com o desenvolvimento que este teve durante a disciplina.

Poucas vezes. Poucas vezes, porque a maioria dos materiais ou são em PDF, que, no caso, o *Jaws* não lê, ou são impressos ou são, por exemplo, slides. Slides também o *Jaws* não lê. Então, tivemos poucos materiais acessíveis. Materiais acessíveis que eu digo foram, por exemplo, quando foram organizados debates, quando foram organizadas apresentações. Nesse sentido... Quando teve provas, por exemplo, os professores, nos últimos tempos, estavam trazendo no pen drive, no word como foi sugerido. Nos últimos tempos, eu não estava tendo tanta dificuldade com relação à fazer prova, que fica difícil fazer provas orais, primeiro, porque isso não é legal... (ENTREVISTADO NERUDA).

Já Cecília pontua sobre a sua condição de sujeito político, que tem voz e que pode falar por ela, no sentido de que apenas o sujeito que vive nesse contexto e essa condição, é que tem legitimidade para falar quais são as dificuldades que passam na Universidade.

Porque eu acho que só a gente que tem algum tipo de deficiência a gente sabe o que a gente passa. Então, eu não aceito que ninguém fale de nenhum deles na minha frente (ENTREVISTADA CECILIA).

De fato o relato de Cecília desvela, primeiro que esses acadêmicos unem-se por ter um interesse em comum, que é melhores condições de acesso e aprendizagem na Universidade, segundo ela, demonstra o papel político e ideológico que esta situação tem na sua historicidade de vida e também dentro do próprio coletivo que estes participam.



Nessa fala a acadêmica Cecilia revela o seu empenho na luta junto aos seus demais colegas, que estejam na mesma condição que ela.

O sujeito a medida que é educado pelos demais sujeitos, que ocupam e compartilham os mesmos interesses, este se educam mutuamente, por isso o pedagógico está contido em nossas relações sociais. E justamente nesse movimento dialético e complexo de produção da vida material, que os sujeitos, por meio de sua práxis intencional, vão criando meios, caminhos, para resistir enquanto classe trabalhadora, tentando engendrar no plano diacrônico histórico a deterioração do capital e de seu sistema (SOUZA, 2014).

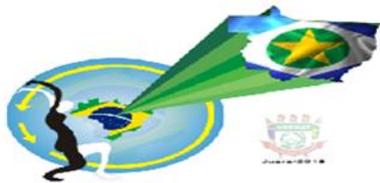
Em vez das “minorias” caírem no discurso dominante de que de fato assim o são, necessitam se articular na perspectiva de classe trabalhadora, pois é a grande maioria no mundo do trabalho. O professor necessita conhecer a realidade socioeducativa do acadêmico para que possa construir com ele saberes significativos, que se transformem em ferramentas filosóficas de abstração do seu modo de estar no mundo e de interpretá-lo.

O que os professores trabalham são ideias, mas a parte de... Por exemplo, a questão da inclusão social, alguns trabalham algumas coisas, mas na prática mesmo, deixa a desejar, por exemplo, como é que você vai trabalhar com uma pessoa com deficiência visual se você não conhece o método que você utiliza para escrever, não tem como e isso não foi trabalhado na instituição (ENTREVISTADO NERUDA).

Pensar a didática dialeticamente exige do professor uma práxis educativa, que não se restrinja ao mero trabalho de ensinar conteúdos ou apenas saberes técnicos, mas construir com o aluno a sua autonomia de sujeito histórico, pensante, capaz de decidir e intervir intencionalmente para transformar a realidade posta.

Não, até quando eu comecei, administração o primeiro e o segundo semestre têm Educação Física, o professor se preocupava com esse lado para que eu pudesse também estar inserido com o pessoal. Nós sempre fazíamos uma atividade mais tranquila, não tão corrida e agitada até pra gente poder participar, conviver melhor com o pessoal (ENTREVISTADO AUGUSTO DOS ANJOS).

Trabalhar uma didática de forma dialética representa uma oportunidade ao professor de romper e combater o conformismo e o consenso que está enraizado nas instituições educacionais, pois é justamente esta a matéria prima do capital nessas instituições não há como um professor exercer a sua práxis educativa sem construir a sua práxis social

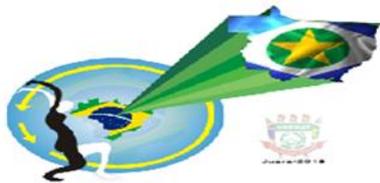


revolucionária. Como escreveu Freire (2005) o professor testemunha a qual concepção pedagógica segue à medida que há testemunhe por meio da sua prática pedagógica. Segundo Triviños (2006), todos pesquisadores precisam definir qual concepção teórica irá lhe fornecer os pressupostos teóricos e metodológicos para orientar a sua análise e produção científica. Pois, não há como ocorrer um sincretismo de métodos e concepções teóricas que alicercem a incursão do pesquisador na busca pelo objeto cognocente que este elege. Todo professor é um pesquisador social, pois este pode produzir conhecimento relacionado ao contexto que vivencia com seus alunos dentro da instituição educacional.

Não tanto quanto eu gostaria ou deveria, eu reconheço a necessidade, mas ainda tenho grande deficiência de saber fazer, ainda reconheço, estou tentando estudar, mas ainda me falta muito. Só trazer pro debate gera discussões acaloradas, mas ainda como professor me falta muito, porque o meu posicionamento ainda se dá no senso comum, inclusive na ação pedagógica (ENTREVISTADO ROBERT).

Esta fala do professor citada à cima nos remete a refletir sobre um princípio da teoria Freiriana que define a ação pela ação como ativismo e o discurso pelo discurso, como verbalismo. Sendo assim, para um professor comprometido e compromissado com a tarefa histórica de libertação da classe trabalhadora não pode ter o discurso diferente do que se materializa em sua prática. É verdade que todos os sujeitos são capazes de aprender e apreender ao longo da vida, mas os entraves burocráticos ou institucionais não podem servir como camuflagem para práticas arraoadas em termos de uma práxis supostamente revolucionária.

Os relatos dos acadêmicos obtidos em agosto de 2015 também revelaram melhorias na parte estrutural física do Campus da UNEMAT de Sinop, no que tange à sinalização dos locais, à iluminação dos espaços, à organização dos móveis, à construção de rampas e à reserva de carteiras em sala de aula. Já na estrutura pedagógica o desafio permanece, pose e envolve uma complexidade relacionada à própria formação desses sujeitos professores que em boa medida permaneceram com práticas tais como, a demora em disponibilizar material, o método de exposição do conteúdo a falta de utilização de recursos tecnológicos em sala de aula, entre outros. Mas em contrapartida também houveram a produção de novas práticas, como por exemplo, a criação de um centro que realize o atendimento e o acompanhamento desses acadêmicos com deficiência visual no próprio campus da UNEMAT, bem como foram contratados ledores para auxiliar esse acadêmicos.



As barreiras atitudinais referentes às relações estabelecidas entre os diversos sujeitos que ocupam o espaço da universidade têm sido trabalhadas no sentido de que os acadêmicos DV contribuam para a educação dos demais colegas de instituição, e um desses mecanismos é a inserção deles nos movimentos estudantis.

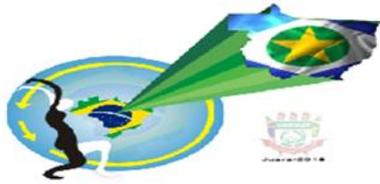
CONCLUSÃO

O preceito da eficiência cobrado pelo mercado de trabalho tem servido de critério desde o início da sociedade capitalista, para se analisar o potencial de trabalho que a pessoa com deficiência possui, e o estigma de deficiência, ou seja, ineficiência de produtividade, associado a pessoa com deficiência, foi ganhando peso histórico e material em nossa sociedade, em que os seus membros sociais necessitam desempenhar uma gama de funções, para servir aos interesses do capital, além de construir ao decorrer do processo educacional diversas capacidades técnicas, para que assim sejam distribuídos dentro do mercado de trabalho.

Nesse sentido o Ensino Superior é elencado como a esfera máxima, do sistema educacional, no qual a Universidade é vista como a balança de equalização das desigualdades sociais. Contudo essa premissa cai por terra, quando apreendemos que apesar deste espaço universitário ainda ser elitista no nosso país, ele é território de disputa entre as classes sociais. Pois a luta de classes se materializa, nela pela disputa e orientação da produção do conhecimento. Como nos esclarece Kosik (1969, p.76), o conhecimento é um dos modos de apropriação da realidade. Portanto não convém a burguesia, que a classe trabalhadora construa conhecimento, e desvelem a sua condição de explorados e expropriados.

E nesse sentido apesar das discussões atuais restringirem em sua maioria, aos deficientes enquanto minoria social, neste trabalho os situamos como componentes da classe trabalhadora, a qual é quantitativamente superior a burguesia.

Mas ainda que as pessoas com deficiência estejam cada vez mais tendo acesso, ao Ensino Superior, infelizmente isso ainda se traduz em dados estatísticos ínfimos quando comparados, as demais pessoas que não tem nenhum tipo de deficiência. E mesmo estes acadêmicos construindo um conhecimento, que lhes oportunize realizar uma reflexão crítica e problematizadora da sua condição no mundo, e em nossa sociedade capitalista, ainda assim



quando eles vão para o mercado de trabalho, são avaliados como mercadoria, que por não poderem colocar em prática todo seu potencial de trabalho, para que gere excedente de trabalho, acabam sendo avaliados como mão-de-obra avariada.

Na Universidade as pessoas com deficiência acabam enfrentando dificuldades tanto no que se refere a estrutura pedagógica ou física da Instituição. É preciso que compreendamos que a o acadêmico com deficiências, apesar de ter suas limitações impostas pela deficiência que possui, isso não implica na sua capacidade de aprender. Mesmo aqueles que possuem DI, aprendem de acordo com o seu tempo quando possuem as condições que permita isto.

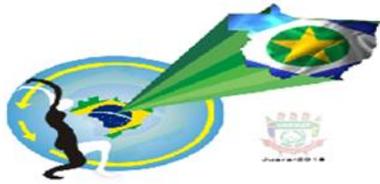
É importante colocar também em pauta a posição ideológica dos professores que ajudam a formar esses sujeitos, pois são necessários construir com eles uma leitura indagadora e crítica da realidade em sua essência e não meramente pela forma.

O tempo histórico de nossa sociedade capitalista esta dado, porém é preciso que todos que se reconhecem como recorte de classe, apreendam que constituem a classe trabalhadora, e é se reconhecendo no compromisso de classe, que poder-se-á engendrar no processo histórico social, a ditadura dos trabalhadores.

ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD VISUAL EN LA UNIVERSIDAD: Un desafío para el desarrollo humano y profesional

Resumén - Esta é Trabalho dar condições materiais vivenciadas, cabelos acadêmicos COM avistado na Universidade do Estado de Mato Grosso do campus de Sinop-MT. Além endereço ou diálogo epistemológico duplo Nesse desafio humano e de Formação Profissional tanto Desses acadêmicos, como dois colegas e professores seus proprios dois que educam. A incursão desses acadêmicos instituição na, do ano de 2010 que, em uma expressão numérica maior, significou um um-quadro e de bacias hidrográficas na UNEMAT de Sinop. Este tem trabalho debatador e materiais objectivas sobre ou dialética e carater dá inserção, e, mais eu isso, que lhe dá acadêmicos com deficiência visual apropriação, fazem da universidade. Uma pesquisa realizada tem abordagem ancora-qualitativa e nós faremos pressupostos dialéticos teórica e materialismo histórico. pensando condição na universidade do deficiente visual, não acessibilidade limitada para fazer questão ao ensino superior, mas principalmente como igualdade condições de permanência, porque eu desiguais, não videntes e médiuns. A formação profissional com dois acadêmica com visão humana e, necessitã elencar nesse processo condições como estruturais, educacional e Institucionais humano. E compreender necessary ou estigma de "ineficiência" pobre fazer dentro capitalista sociedade nossa, de própria dá cabelo fazer dinâmica socioeconômica de capital produzida sistema.

Palavras chave: Universidade. Formação profissional. A deficiência visual. Praxis.



REFERÊNCIAS

ANDRADE. **Andrade:** depoimento. [05 out. 2014]. Entrevistador: José De Souza Neto. Sinop, MT. 233,6 MB. Entrevista concedida para o Trabalho sobre os desafios que os acadêmicos com deficiência enfrentam na UNEMAT, *Campus* de Sinop-MT.

BRASIL. Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. [online] [Acesso 12/11/2015].

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. [online] [Acesso 12/11/2015].

BRASIL. LEI FEDERAL N o 10.098/00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [online] [Acesso 12/11/2015].

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 10.048/00. Dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. [online] [Acesso 12/11/2015].

BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. [online] [Acesso 12/11/2015].

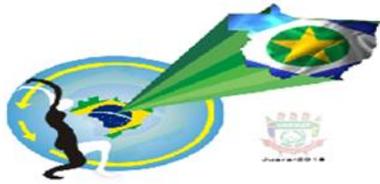
BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de 10 de 89. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Institui a Tutela Jurisdicional de Interesses Coletivos e Difusos dessas Pessoas, Disciplina a Atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. [online] [Acesso 12/11/2015].

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Planalto. [online] [Acesso 12/11/2015].

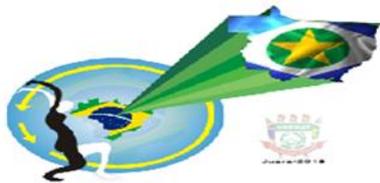
CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense: 2004.

CUNHA, M. M. O trabalho dos professores e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop / MT na década de 1990: o sentido do coletivo. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010.

DRUMMOND. **Drummond:** depoimento. [03 out. 2014]. Entrevistador: José De Souza Neto. Sinop, MT. 273,2 MB. Entrevista concedida para o Trabalho sobre os desafios que os acadêmicos com deficiência enfrentam na UNEMAT, *Campus* de Sinop-MT.



- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior: 2011 – Resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
- KONDER, L. **O que é dialética**. 25^a edição. Editora brasiliense, 1981.
- KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. **O Capital**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- MARX, K. ; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: BoiTempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- NERUDA. **Neruda: depoimento**. [05 out. 2014]. Entrevistador: José De Souza Neto. Sinop, MT. 145,6 MB. Entrevista concedida para o Trabalho sobre os desafios que os acadêmicos com deficiência enfrentam na UNEMAT, *Campus* de Sinop-MT.
- OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, p. 32; 2012.
- PINTO, Á. V. **Sete Lições Sobre Educação De Adultos**. São Paulo. Editora: Cortez, 1982.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. S. Paulo, Martins Fontes, 1977.
- SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros, v. 86).
- SOUZA, F. L. de. **A Prática social: a inserção de acadêmicos negros com necessidades educativas especiais na UNEMAT campus de Sinop**. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia entregue à Universidade do Estado de Mato Grosso. 2014.



TARSILA. **Tarsila:** depoimento. [03 out. 2014]. Entrevistador: José De Souza Neto. Sinop, MT. 201,2 MB. Entrevista concedida para o Trabalho sobre os desafios que os acadêmicos com deficiência enfrentam na UNEMAT, *Campus* de Sinop-MT.

ROBERT. **Robert:** depoimento. [05 out. 2014]. Entrevistador: José De Souza Neto. Sinop, MT. 233,6 MB. Entrevista concedida para o Trabalho sobre os desafios que os acadêmicos com deficiência enfrentam na UNEMAT, *Campus* de Sinop-MT.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Breve apresentação do método dialético materialista.** Programa de Pós-graduação em Educação, FAGED, UFRGS. Porto Alegre: s.n., 2006.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **A filosofia da práxis.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WOOD, E. M. **A Origem do Capital.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Recebido em: 19/10/2015

Aprovado em: 20/11/2015